



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

RODADA
Brasil **15**
CONCESSÕES DE PETRÓLEO E GÁS

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

Formulário de comentários e sugestões

Instruções para preenchimento do formulário:

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do contrato	Alteração	Anexo II – 3.2.1	Texto proposto.	Justificativa.
Pré-edital	Exclusão	1.4.3		Justificativa

Instruções para envio do formulário:

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **18 horas do dia 18 de dezembro de 2017** pelo e-mail rodadas@anp.gov.br. A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Pré-edital	Inclusão	1.5, 4º parágrafo	No caso previsto na alínea (d), o efeito da desclassificação se restringe ao bloco no qual tenha ocorrido a desistência.	A desqualificação deve limitar-se ao Bloco no qual o licitante desistiu de apresentar sua proposta, não sendo razoável que venha a prejudicar sua participação em outros Blocos.
Pré-edital	Inclusão	1.6, inclusão após o parágrafo §1º	Os esclarecimentos solicitados pelos interessados deverão ser respondidos justificadamente pela ANP no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.	É razoável o estabelecimento do procedimento ora proposto para esclarecimento de dúvidas, de modo a conferir segurança jurídica ao próprio certame.
Pré-edital	Inclusão	1.6, inclusão após o parágrafo §2º (incluído acima)	Nos casos de esclarecimentos de maior complexidade, nos quais a resposta dependa de dados/informações e/ou autorizações além dos limites das atribuições da CEL, a ANP poderá responder em prazo superior, devendo, contudo, a Agência indicar expressamente o prazo da resposta, o qual não poderá ultrapassar ao penúltimo dia útil	Vide comentário anterior.

			anterior à data do certame.	
Pré- edital	Inclusão	3.2, após o 7º parágrafo	As pessoas jurídicas poderão se utilizar do cadastro de sociedades empresárias, previsto no artigo 28 da Resolução ANP Nº 18/2015 para suprir as eventuais demandas de fornecimento de informações e/ou documentos adicionais requeridos pela ANP.	O Cadastro de sociedades empresárias, previsto no Artigo 28 da Resolução ANP 18/2015 se constitui como importante ferramenta para otimizar/racionalizar o fluxo de informações no âmbito dos processos administrativos relacionados às licitações; evitando, por exemplo, o fornecimento de documentos em duplicidade e, portanto, a análise repetida dos mesmos por parte da ANP.
Pré- edital	Alteração	Item 3.3, 1º parágrafo	Os documentos de habilitação e as atas da CEL terão caráter público, à exceção dos classificados como sigilosos, inclusive as informações acerca das Demonstrações Financeiras, do planejamento estratégico e da escolha dos Setores selecionados de acordo com o Pagamento da Taxa de Participação.	<p>A exemplo das previsões constantes dos editais da 11ª e 12ª rodada de licitações, entende-se necessário resguardar a confidencialidade de determinadas informações que inclusive são sensíveis do ponto de vista concorrencial, tais como as demonstrações financeiras, dados relativos ao planejamento estratégico, como também a escolha dos setores de interesse das sociedades, conforme o pagamento das taxas de participação.</p> <p>A modificação do parágrafo subsequente em que pese tratar-se de melhoria de redação, vincula-se diretamente aos fundamentos supracitados.</p>

Pré-edital	Alteração	4.3.1, 1º parágrafo	O pagamento deverá ser feito por boleto bancário, gerado no sítio eletrônico http://www.brasil-rounds.gov.br ou via transferência bancária do exterior, nos termos da seção 4.3.1.1, sendo ambas as alternativas aplicáveis a licitantes brasileiras ou licitantes estrangeiras.	Esclarecer que tanto a licitante brasileira quanto estrangeira pode realizar o pagamento via boleto bancário ou por transferência eletrônica de fundos.
Pré-edital	Inclusão	4.4.1, após o 1º parágrafo	O pagamento via boleto bancário pode ser feito por qualquer empresa do grupo ou mesmo terceiros. O preenchimento do boleto bancário (campo sacado) deverá ser feito em nome da sociedade empresária que efetivamente irá se inscrever e participar do certame (mesmo na hipótese de licitante estrangeira). O campo “CPF/CEI/CNPJ” do boleto deverá ser preenchido com o CPF de um representante credenciado brasileiro da empresa (anexo VI do pré-edital).	Objetivo de informar procedimento a ser adotado para fins de preenchimento do boleto bancário, principalmente na hipótese da licitante estrangeira.
Pré-edital	Inclusão	4.4.1.2, após o 1º parágrafo	No caso de exclusão parcial da área pela ANP, a taxa de participação será devolvida na mesma proporção da referida exclusão e na integralidade caso o a licitante opte por desistir da participação da licitação referente àquela área.	Não é razoável que a taxa de participação não seja devolvida ao interessado por decisão unilateral da ANP referente à exclusão da área. Note-se que a exclusão de uma área pode ter impacto em todo o projeto, pelo que a desistência da licitante por um ato da ANP, não pode acarretar prejuízos às partes. O fato do pagamento da taxa permitir a participação em outros setores, não afasta o argumento acima de que a licitante tem o direito de escolher em qual bloco quer participar e ao fazer o pagamento está indicando tal opção.

Pré-edital	Alteração	5.2, 2º parágrafo.	Em caso de prorrogação da data de assinatura dos contratos de concessão que tenha sido requerida pelas licitantes com ofertas válidas, as mesmas serão convocadas para renovar suas garantias de oferta, caso aplicável.	Caso haja a postergação da data de assinatura dos Contratos de Concessão, sem definição de data, e por circunstâncias alheias à vontade e ao controle dos licitantes vencedores, o IBP entende que não é razoável exigir que os mesmos tenham o ônus financeiro de renovarem, sucessivamente, por período indefinido, as garantias de oferta. Este é o caso, por exemplo, de eventuais prorrogações em razão de decisões judiciais que impactem a assinatura dos Contratos de Concessão
Pré-edital	Alteração	5.5, alínea “c”	no caso de consórcio ter vencido a sessão pública de apresentação de ofertas, uma ou mais consorciadas não obtiverem qualificação na categoria mínima exigida para o setor onde se localizam os blocos objeto da oferta e as demais consorciadas não assumirem as responsabilidades das licitantes não qualificadas na oferta;	Melhoria de redação, objetivando esclarecer que a responsabilidade em questão se refere a assunção da participação relativa àquela (s) consorciada (s).
Pré-edital	Alteração	5.5, alínea “h”	nos casos de desclassificação previstos nas alíneas (c) e (d) da seção 1.5, exceto nas ofertas em consórcio em que as demais consorciadas assumam as responsabilidades das licitantes desclassificadas na oferta.	Melhoria de redação, objetivando esclarecer que a responsabilidade em questão se refere a assunção da participação relativa àquela (s) consorciada (s).

Pré-edital	Exclusão	5.5, 4º parágrafo	<p>O edital de licitações traz as regras, remédios, condições e consequências para as hipóteses de execução da garantia e/ou pagamento direto à União não deveria o edital fazer referência a potenciais ressarcimentos e/ou compensações à administração pública, as quais, além de serem de difícil quantificação, representam seara externa, distinta do certame regulado pela agência, que é a entidade detentora da capacidade regulatória para definir as situações de potencial inadimplemento e regular os atos e/ou omissões do(s) licitante(s). Visa-se, com a supressão do presente dispositivo, a evitar insegurança jurídica e dar maior previsibilidade aos investidores.</p> <p>Ademais, o IBP entende que a obrigação de indenizar à administração pública é desproporcional e irrazoável. manter esta previsão sobre indenização à administração pública no caso de não assinatura do contrato de concessão traz enorme insegurança jurídica, pois não conhecidas as causas porventura legítimas que poderiam fazer com que os vencedores sejam levados a optar por não assinar os Contratos de Concessão e que levariam a esta enorme exposição financeira, caso tenha de ser paga uma indenização à administração que poderia inclusive, no limite, vir a englobar aspectos intangíveis ou participações governamentais (bônus, taxa de retenção) que seriam recolhidas caso o contrato tivesse sido assinado, etc.</p> <p>É de conhecimento público que existiram ações civis públicas no âmbito da 12ª Rodada de Licitações, que ensejaram a suspensão da assinatura dos Contratos de Concessão e o questionamento das regras do edital e do contrato. Caso, em razão das incertezas jurídicas, os licitantes vencedores preferissem, legitimamente, não prosseguir na assinatura dos contratos de concessão e caso houvesse tal regra prevista no Edital, a consequência poderia ser o pagamento, pelo vencedor, de perdas e danos à Administração.</p>
------------	----------	-------------------	---

				No entanto, ainda que o motivo para o não prosseguimento para a assinatura fosse de outra natureza, ainda assim, parece desproporcional ter de pagar a garantia de oferta e ainda pagar perdas e danos adicionais.
Pré-edital	Inclusão	5.6, alínea "d"	a todas as licitantes que apresentaram oferta válida, em até 15 (quinze) dias após se manifestarem pelo não prosseguimento da assinatura do Contrato de Concessão em razão de decisão administrativa ou judicial que impacte materialmente às condições do Edital ou do Contrato de Concessão.	No caso de decisões judiciais (por exemplo, em sede de liminares de Ações Cíveis Públicas) que suspendam a assinatura dos contratos de concessão ou que limitem a aplicação de regras do edital e do contrato, de maneira a trazer impactos materiais para o concessionário que realizou a oferta, os licitantes vencedores deverão ter a prerrogativa de não prosseguir na assinatura dos contratos de concessão sem qualquer ônus.
Pré-edital	Inclusão	6.3.1, após o 2º parágrafo	As instruções para pagamento do bônus de assinatura estarão disponíveis diretamente no o sítio eletrônico http://www.brasil-rounds.gov.br .	Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP

		6.4, alínea "I"	<p>a limitação do item acima é estendida para licitantes integrantes de um mesmo grupo societário, e para licitantes que tenham administradores, diretores, sócios ou representantes credenciados comuns, exceto se demonstrado que não agem representando interesse societário em comum. Caso sejam identificadas licitantes que possam estar enquadradas nesta situação, a CEL decidirá se estas licitantes poderão fazer ofertas para os mesmos blocos, levando em conta a promoção da competitividade do certame;</p>	<p>A inclusão de tal disposição impede ou ao menos dificulta a participação de todas as empresas que atuam no setor de E&P por meio de consórcio, uma vez que nessa modalidade há sempre o compartilhamento de recursos materiais, tecnológicos e humanos.</p>
Pré-edital	Alteração	7.2.1.1.1, alínea "b.1"	<ul style="list-style-type: none"> - 20 (vinte) pontos na condição de operadora; ou - 10 (dez) pontos na condição de não operadora; ou - 10 ((dez) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. 	<p>Para a licitante obter qualificação técnica o critério de pontos deveria ser diferente para cada ambiente no qual opera. Sendo que para os ambientes mais complexos a licitante deverá receber um número maior de pontos.</p>

Pré-edital	Alteração	7.2.1.1.1, alínea “b.2”	<ul style="list-style-type: none"> - 20 (vinte) pontos na condição de operadora; ou - 10 (dez) pontos na condição de não operadora; ou - 10 ((dez) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. 	Vide justificativa acima
Pré-edital	Alteração	7.2.1.1.1, alínea “c.1”	<ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) pontos na condição de operadora; ou - 15 (quinze) pontos na condição de não operadora; ou - 15 (quinze) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. 	Vide justificativa acima
Pré-edital	Alteração	7.2.1.1.1, alínea “d”	<ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) pontos na condição de operadora; ou - 15 (quinze) pontos na condição de não operadora; ou - 15 (quinze) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. 	Vide justificativa acima

Pré- edital	Alteração	7.2.1.1.1, alínea “e”	<ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) pontos na condição de operadora; ou - 15 (quinze) pontos na condição de não operadora; ou - 15 (quinze) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. 	Vide justificativa acima
Pré- Edital	Alteração	Tabela 9	Ajustar a pontuação aos critérios acima sugeridos.	Vide justificativa acima
Pré- edital	Inclusão	7.2.1.3, após a última frase do 2º parágrafo	Para as atividades de produção referidas no Anexo XVII do Sumário Técnico 01, serão também contabilizadas as atividades de desenvolvimento, tendo em vista que fazem parte da fase de produção de cada campo.	De acordo com o art. 24, §2º da lei 9.478/97, a fase de produção incluirá também as atividades de desenvolvimento.
Pré- edital	Alteração	7.4, após a 1ª frase no 6º parágrafo	A licitante constituída no mesmo exercício social desta licitação deverá apresentar as Demonstrações Financeiras Intermediárias, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, e, quando aplicável, acompanhadas de parecer de auditor independente. Neste caso, para fins	Melhoria de redação objetivando esclarecer o entendimento de que a apresentação de demonstrações financeiras intermediárias se aplica as sociedades empresárias que tenham seu patrimônio líquido ajustado no exercício do ano corrente.

			de comprovação do Patrimônio Líquido, a licitante deverá apresentar uma cópia do seu último estatuto social arquivado no órgão de registro de comércio de sua jurisdição. O mesmo aplicar-se-á as licitantes que apesar de constituídas há mais de 01 (um) ano, comprovarem o aumento de Patrimônio Líquido no ano da licitação.	
Pré-edital	Inclusão	7.4, após a 1ª frase no 6º parágrafo	Caso a empresa licitante tenha sido constituída no mesmo exercício social da licitação, ou mesmo na hipótese de utilização de empresa inativa/ dormente/ sem atividade como empresa licitante, alguns subitens das demonstrações financeiras poderão ser “não-aplicáveis” devido à falta de movimentação, sendo a existência do Patrimônio Líquido Mínimo o único requisito financeiro exigido nos termos da Tabela 14.	Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP
Pré-edital	Alteração	9.1.2.3, 1º parágrafo	Serão admitidos contratos de Penhor de Petróleo e Gás Natural produzido no território nacional, sobre Campos já em Produção, sujeitos à aprovação prévia da ANP e à legislação vigente, conforme modelo constante do ANEXO XXV deste Edital. Para que seja aceito como garantia ao Programa Exploratório Mínimo ofertado, o contrato de	<p>O IBP entende que não seria razoável exigir, além dos demais critérios determinados neste item, que o primeiro óleo tenha ocorrido há pelo menos dois anos.</p> <p>Conforme o parágrafo 3º abaixo, é necessário que a média da receita operacional líquida ajustada à base de cálculo por barril dos quatro trimestres anteriores ao trimestre da data de assinatura do contrato de penhor seja positiva, exigindo-se, para tanto, produção por no mínimo 1 ano.</p>

			<p>penhor de Petróleo e Gás Natural deve ser assinado pelas partes, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição da sede da Concessionária que detém os direitos dos Campos cujo Petróleo e Gás Natural será(ão) objeto(s) do penhor, e entregue à ANP no prazo de 10 (dez) dias contados a partir de tal registro.</p>	<p>Nesse sentido, como a referência para o limite máximo de empenho mencionado no parágrafo 5º abaixo é a produção média aferida nos últimos 12 meses, portanto não requerendo que o campo já estivesse em produção há 2 anos. A segurança da garantia ofertada está na reserva provada e na produção futura que seja capaz de gerar valor transacional até o final do Período Exploratório da Concessão objeto da garantia.</p> <p>Ademais, sugere-se o registro do Contrato de penhor na circunscrição da sede da empresa detentora dos direitos do Campo ou dos Campos que sejam objeto deste penhor, uma vez que esta é a alternativa mais viável, considerando que outros critérios, tais como recolhimento de royalties, fariam com que o registro tivesse que ser realizado em diversos municípios e circunscrições.</p>
Pré- edital	Alteração	9.1.2.3, 5º parágrafo	<p>A receita operacional líquida ajustada à base de cálculo será apurada conforme disposições e definições previstas para preenchimento do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), conforme arts. 25 e 26 do Decreto nº 2.705/1998, Portaria ANP nº 58/2001 e Resolução ANP nº 12/2014, caso não seja possível determinar objetivamente o preço de venda do gás firmado entre o contratado e terceiros.</p>	<p>De forma alternativa, caso a ANP permaneça na posição de limitar a garantia do total de gás empenhado, deve-se levar em consideração que o “<i>Contrato de Penhor de Gás Natural deverá estar associado a gás monetizável mediante contrato de compra e venda previamente firmado entre o contratado e terceiros</i>”, tornando-se desnecessário o ajuste da receita operacional líquida com base no preço de referência, já que o preço final de venda do gás estará objetivamente determinado no contrato de c/v de gás.</p> <p>A inclusão é feita para que o preço de referência seja utilizado tão somente quando não for possível determinar o preço no contrato. Utilizar o preço de referência como parâmetro, na prática, significa reduzir drasticamente o limite de empenho aceito pela ANP.</p> <p>A própria minuta do contrato de penhor de gás trouxe a previsão que na execução da garantia, a ANP receberá os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusula “take or pay”) diretamente do interveniente anuente, ou seja, do</p>

				<p>comprador do gás (cláusula 7.3 do Anexo XXV).</p> <p>Reforçando-se a ideia que a execução da garantia será pautada nos valores envolvidos no contrato de c/v de gás, sendo irrelevante o preço de referência para fins de empenho do gás.</p>
Pré- edital	Alteração	9.1.2.3, 6º parágrafo	<p>O limite máximo de empenho aceito pela ANP para os contratos de penhor, considerando inclusive os contratos em vigor, será de 50% da produção anual total de petróleo e gás natural da concessionária no Brasil, aferida pela média dos últimos 12 (doze) meses dos valores constantes do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Quando o contrato de compra e venda previamente firmado entre o contratado e terceiros trazer a previsão de compromisso de retirada pela cláusula take or pay, o limite máximo poderá ser igual ou inferior a limite estabelecido, observando quantidades diárias contratadas (QDC/m3) e quantidades anuais contratadas (QAC/m3).</p>	<p>De forma alternativa, caso a ANP permaneça na posição de limitar a garantia do total de gás empenhado, o limite deve considerar que o Contrato de Penhor de gás associado a monetização, na prática, utiliza a garantia adicional dos recebíveis decorrente do contrato. Assim, a limitação de 50% da produção anual poderá ser bem superior, mitigando-se os riscos da produção e venda, quando o contrato prever o compromisso da cláusula take or pay.</p> <p>Além disso, qualquer redução na produção abaixo da QDC ou não cumprimento do contrato, poderá ser verificado pela ANP pelos BMP, o que poderia ensejar na exigência de reforço de garantia pela agência, conforme o caso.</p> <p>A própria minuta do contrato de penhor de gás trouxe a previsão que na execução da garantia, a ANP receberá os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusula “take or pay”) diretamente do interveniente anuente, ou seja, do comprador do gás (cláusula 7.3 do Anexo XXV).</p> <p>Reforçando-se a ideia que é possível, sem riscos, a garantia do penhor em patamar superior a 50%, já que, em caso de inadimplemento, a ANP poderia obter até 100% dos valores referentes da cláusula take or pay, independente da tradição ou venda do bem empenhado.</p>

Pré-edital	Alteração	9.1.4, após a 1ª frase do 1º parágrafo	As licitantes vencedoras que apresentaram oferta em consórcio deverão apresentar instrumento constitutivo do consórcio arquivado na Junta Comercial competente, subscrito pelos consorciados. Caso o registro não tenha sido disponibilizado pela Junta Comercial até a data estipulada pela ANP para entrega do contrato de consórcio, a ANP poderá conceder uma prorrogação do referido prazo, mediante requerimento pelas licitantes, devidamente fundamentado, acompanhado da minuta do contrato de consórcio e o respectivo protocolo de entrada do documento fornecido pela Junta Comercial.	Tendo em vista que as licitantes não têm controle sobre os prazos e processos internos das Juntas Comerciais, entende-se que é necessário prever a possibilidade de prorrogação do prazo para apresentação do contrato de consórcio, evitando-se assim prejuízos às licitantes.
Pré-edital	Alteração	9.2, 5º parágrafo	A afiliada que receber a delegação deverá apresentar documentos para assinatura do contrato de concessão, previstos nas seções 9.1.2, 9.1.3 e, caso aplicável, 9.1.4 e 9.1.5, e obter qualificação econômico-financeira e jurídica no nível exigido para assinar o contrato de concessão ou superior, além de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista no prazo constante na Tabela 1.	Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP

Pré-edital	Alteração	9.2.1, 1º parágrafo	A afiliada indicada para assinar o contrato de concessão deverá entregar os documentos para qualificação econômico-financeira e jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, listados nesta seção, no prazo indicado na Tabela 16, do item 9.2.2, conforme Tabela 1, na forma prevista na seção 3.	Na prática, o prazo de 05 dias corridos se revela inviável de ser cumprido, sendo a sugestão do IBP que seja adotado o mesmo prazo previsto para as hipóteses de empresas brasileiras serem constituídas após a licitação, de aproximadamente 02 meses.
Pré-edital	Alteração	9.3.2, 1º parágrafo	Caso uma licitante integrante de consórcio vencedor não celebre o contrato de concessão até a data definida pela ANP, as demais consorciadas serão convocadas para, no prazo definido pela CEL, manifestarem interesse em assumir as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção 10 e na legislação aplicável à licitante que não assinar o contrato de concessão.	Vide justificativa constante do item Art. 7.6.2, 1º parágrafo.
Pré-edital	Alteração	9.3.2, 4º parágrafo	Caso nenhuma das licitantes integrantes do consórcio assuma as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, a garantia de oferta será executada e financeiramente liquidada nos termos da seção 5.5 e será adotado o procedimento disposto na seção 9.3.1, sem prejuízo da aplicação das	Vide justificativa constante do item Art. 7.6.2, 1º parágrafo.

			penalidades previstas na seção 10 e na legislação aplicável à licitante não qualificada.	
Pré-edital	Inclusão	9.3.4	Em qualquer das hipóteses previstas nos itens 9.3.2 e 9.3.3, o(s) licitante(s) devidamente qualificado(s) e/ou não se recusaram à assinar o contrato de concessão fará(ão) jus à restituição do valor equivalente ao Bônus de Assinatura, o qual deverá ser restituído pela ANP.	Em linha com as sugestões das alterações acima (9.3.2 §§ 1º e 4º), sugerimos que a licitante que não deu causa a não assinatura do contrato seja penalizada pela parte infratora. Ademais, ao assim admitir prevenimos eventual enriquecimento ilícito por parte da União, em desfavor aos participantes do certame. Cumpre destacar ainda que o artigo 46 da Lei 9.478/97 determina que o bônus de assinatura deve ser pago na data da assinatura do contrato. Além disso, a penalidade pela não assinatura do contrato de consórcio tem natureza distinta do Bônus de Assinatura. Portanto, não poderia ser deste descontado.
Pré-edital	Exclusão	Item 10, alínea “c”		Além de não encontrar amparo legal, o IBP entende que não seria razoável criar no Edital uma sanção que extrapole suas atribuições legais, podendo ainda impactar outros segmentos da economia e da administração pública.

Pré-edital	Alteração	Item 10, 2º parágrafo	As penalidades de suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações serão graduadas de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida pela infratora e seus antecedentes.	Ajuste para adequar a proposta de exclusão do item 10, alínea “c” acima.
Pré-edital	Alteração	Item 10.1, alínea “a”	Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do somatório do valor ofertado para o bônus de assinatura.	O PEM não está diretamente vinculado ao momento da licitação e por isso não deveria integrar a base de cálculo da multa por não assinatura do contrato. Ademais, o valor se revela excessivo e desproporcional em relação ao descumprimento.
Pré-edital	Alteração	Item 10.1, alínea “b”	Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do somatório do valor ofertado para o bônus de assinatura	Fatos novos podem surgir após a sessão de apresentação de oferta que podem prejudicar o cumprimento das obrigações previstas no Edital. (Vide 10.2 – parte final)
Pré-edital	Inclusão	10.1, 1º parágrafo após alínea “b.2”	Em caso de consórcio, a licitante que não assinar o contrato de concessão será exclusivamente responsável pelo pagamento da multa, cujo valor será proporcional à sua participação da infratora no consórcio.	O IBP entende que não é razoável a licitante assumir a participação das infradoras, nem tampouco que seja penalizada por este ato.

Pré-edital	Inclusão	Item 10.1, após o 2º parágrafo	As penalidades acima não serão aplicadas caso a licitante apresente justificativa fundamentada em fato posterior à sessão pública de apresentação de ofertas.	Fatos novos podem surgir após a sessão de apresentação de oferta que podem prejudicar o cumprimento das obrigações previstas no Edital. (Vide 10.2 – parte final)
Pré-edital	Alteração	10.2, 2º parágrafo	A suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações e de contratar com a ANP será aplicada, sem prejuízo das demais penalidades, caso a infratora seja reincidente em ser convocada e não assinar o contrato até a data definida pela ANP, e não apresente justificativa fundamentada em fato posterior à sessão pública de apresentação de ofertas.	Não apenas justificativas técnicas, mas outros eventos legalmente admitidos, como por exemplo, eventos de força maior.
Pré-edital	Exclusão	10.3		Vide comentário do item “c” do caput da cláusula 10.

Pré- edital	Alteração	13.1, 2ª parágrafo, após a 1ª frase.	A ANP poderá suspender a licitação por determinação judicial em razão da concessão de medidas liminares e cautelares ajuizadas por interessados ou por terceiros, assim como por motivos de interesse público, devidamente fundamentados. Neste caso, os efeitos desta suspensão não deverão acarretar ônus aos interesses dos participantes da licitação.	Nas hipóteses de eventuais ações judiciais que ensejem a suspensão da licitação, o IBP os participantes não devem suportar ônus adicionais, como, por exemplo, ter a obrigação de renovar sucessivamente, por tempo indeterminado, garantias de oferta.
Pré- edital	Alteração	Anexo XIII, alínea “f”	A aquisição de levantamentos não exclusivos e de levantamentos não exclusivos reprocessados, que tenham sido autorizados pela ANP, poderão ser computadas as UTs, considerando o tempo decorrido entre a data da compra do dado ou a data de compra do dado reprocessado e a conclusão da operação de aquisição ou a data de conclusão do reprocessamento de dados não exclusivos, utilizando se um fator redutor para a realização do abatimento, conforme condições detalhadas na Tabela 24.	Seria justo e razoável considerar a data de conclusão da atividade em si, para seu abatimento, e não da solicitação relacionada a tal atividade, conforme comentário já apresentado em relação à Minuta do Contrato de Concessão da 14ª Rodada.

Pré- edital	Alteração	Anexo XIII, Nota 1, Tabela 22	Para efeito de cômputo do valor a considerar para cumprimento do Programa Exploratório Mínimo do primeiro período exploratório, o valor das UTs correspondentes ao trabalho exploratório realizado será multiplicado pelo fator redutor da tabela, conforme o tempo decorrido entre a data da compra do dado e a conclusão da operação de aquisição. Para aquisição de levantamentos não exclusivos reprocessados será considerado o tempo decorrido entre a data da compra do dado e a conclusão da operação de reprocessamento de dados não exclusivos.	Vide justificativa acima.
Pré- edital	Inclusão	Anexo XVII, item 2.3	Itens V, VII, VIII e IX: Para fins de pontuação, a licitante deve citar, além das atividades de produção, as atividades de desenvolvimento.	Vide o comentário do item 7.2.1.3
Pré- edital	Alteração	Anexo XXV, cláusula 2.1	A [inserir a denominação social da licitante], neste ato, dá em primeiro e exclusivo penhor à ANP, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.435 e 1.447 a 1.450 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), para o fim de garantir [inserir "parcialmente" ou "totalmente", conforme o caso] as obrigações assumidas no(s) Contrato(s) de Concessão listado(s)	A ANP determina que o penhor seja constituído sobre a totalidade do petróleo produzido de determinado campo ou campos. Desta forma, o IBP entende que não seria razoável que a ANP determine a impossibilidade do Concessionário de instituir penhor sobre parcela excedente, quando o valor do PEM garantido for inferior ao valor da produção. Desta forma, sugerimos que seja incluída cláusula estabelecendo que caso aprovado pela ANP, o Concessionário poderá instituir outro(s) penhor(s) sobre o petróleo, a fim de possibilitar o oferecimento em garantias de parcela do petróleo que não seja necessário

			no Anexo XX, relativamente aos Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) nele(s) contido(s), a quantidade de Petróleo extraída do(s) campo(s), a partir do Ponto de Medição, conforme definido no(s) referido(s) Contrato(s) de Concessão , do(s) Campo(s) em Fase de Produção listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), em quantidade equivalente a/ao [inserir "parte" ou "total", conforme o caso] do valor comprometido no(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) conforme listado(s) no Anexo II do presente Contrato.	para garantia da ANP. Alternativamente, o contrato deve estabelecer de forma objetiva que a garantia é instituída somente sobre parcela do petróleo extraído do Campo equivalente ao valor do PEM a que se destina garantir.
Pré-edital	Alteração	Anexo XXV – 2.2	2.2 A [inserir a denominação social da licitante] confirmará, por meio de Boletins Mensais de Medição e do Contrato de compra e venda de gás previamente firmado entre o contratado e terceiros ou do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), quando não for possível apurar objetivamente o preço de venda do gás, a Produção de Gás Natural dos campos mencionados no Anexo I, de maneira a manter sempre empenhada quantidade necessária à satisfação integral das obrigações assumidas no presente Contrato em relação ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), no montante definido na Cláusula 9.1.	Alteração da minuta de contrato, considerando as inclusões propostas ao pré-edital item 9.1.2.3, já que o empenho em gás deverá ser precedido de contrato de compra e venda de gás, utilizando-se o preço de referência apenas de forma subsidiária, quando não for possível apurar o preço de venda do gás.

Pré- edital	Alteração	Anexo XXV, cláusula 3.3	Valor Total Empenhado: valor total do penhor de petróleo e gás natural (BOE) para cada ano, conforme determinado na cláusula 3.1.	Proposta objetiva alinhar a redação com o disposto na cláusula 2.1, que permite que o penhor garanta total ou parcialmente as obrigações do PEM.
Pré- edital	Alteração	Anexo XXV, cláusula 6.1, alínea “h”	somente irá instituir qualquer outro gravame sobre os bens ora empenhados, mediante aprovação prévia pela ANP.	Vide comentário à cláusula 2.1 acima.
Pré- edital	Exclusão	Anexo XXV, cláusula 6.3, alínea “b”		O IBP entende que não seria aplicável que a ANP autorize o Concessionário a cumprir suas obrigações perante terceiros.

Pré- edital	Alteração	Anexo XXV, cláusula 7.2.1	A ANP poderá, alternativamente, solicitar à empresa que entregue o Petróleo e Gás Natural (BOE) empenhados a terceiros, para que estes pratiquem, em nome da ANP, todos os atos necessários para promover a venda e transferência do Petróleo e Gás Natural empenhados, em quantidade suficiente para cobrir o valor correspondente ao inadimplemento havido, nos limites da garantia aqui constituída.	Para consistência com a cláusula 2.1 acima, que permite que o penhor garanta total ou parcialmente as obrigações do PEM.
Pré- edital	Alteração	Anexo XXV, cláusula 7.3	Além dos direitos relacionados na legislação concernente à matéria, e dos dispositivos previstos nas Cláusulas Terceira e Sexta deste contrato, poderá a ANP exigir o reforço de garantia caso os bens se deteriorem ou pereçam sem culpa da [inserir o nome da sociedade empresária][inserir a denominação social da licitante].	O IBP propõe o ajuste da redação quanto a danos, por entender que não está claro a quais danos se refere, podendo, portanto, implicar em responsabilidade excessiva ao concessionário, inclusive em relação a danos sobre os quais o concessionário não contribuiu. Quanto à redação que trata de cessão, não nos parece claro a quais direitos ela se refere. Nota-se que o penhor, como um direito real, nos termos da legislação aplicável, não é prejudicado pela cessão dos direitos de propriedade sobre o bem empenhado.
Contrato	Alteração	1.2.2.	Conforme definição constante na Resolução da ANP que aprova os regulamentos técnicos do Plano de Desenvolvimento.	Consta na Agenda Regulatória da ANP que a Resolução 17/2015 será revisada, portanto, sugerimos que a definição conste apenas na Resolução assim evitando eventuais inconsistências.

Contrato	Alteração	1.2.4	Conforme definição constante na Resolução da ANP que aprova os regulamentos técnicos do Plano de Desenvolvimento.	Consta na Agenda Regulatória da ANP que a Resolução 17/2015 será revisada, portanto, sugerimos que a definição conste apenas na Resolução assim evitando eventuais inconsistências.
Contrato	Alteração	1.2.7	Cessão: transferência, total ou parcial, da titularidade de direitos e obrigações decorrentes do Contrato; a fusão, cisão e incorporação, quando a reorganização societária resultar em mudança do Contratado;	A mera modificação do Operador, sem a alteração das participações indivisas, não deveria ser considerada como Cessão. Desse modo, vislumbra-se a simplificação e desburocratização do processo (ex: necessidade de submissão ao CADE).
Contrato	Inclusão	1.2.16	Empresa Brasileira: Organização econômica, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil. (Art. 60, DL 2.627/40 e Art. 1.126, Lei Nº 10.406/2002). (conforme regulamento ANP 3/2015)	Alterações propostas no texto da cláusula vigésima quarta requerem a inclusão de nova definição.

Contrato	Alteração	1.2.26	<p>Melhores Práticas da Indústria do Petróleo: práticas e procedimentos geralmente empregados na Indústria de Petróleo em todo o mundo, por Operadores prudentes e diligentes, sob condições e circunstâncias semelhantes às aquelas experimentadas relativamente a aspecto ou aspectos relevantes das Operações, visando principalmente à garantia de: (a) aplicação das melhores técnicas e procedimentos mundialmente vigentes nas atividades de Exploração e Produção; (b) conservação de recursos petrolíferos e gasíferos, o que implica a utilização de métodos e processos adequados à maximização da recuperação de hidrocarbonetos de forma técnica, econômica e ambientalmente sustentável, com o correspondente controle do declínio de reservas, e à minimização das perdas na superfície; (c) segurança operacional, o que impõe o emprego de métodos e processos que assegurem a segurança das Operações, contribuindo para a prevenção de incidentes; (d) preservação do meio ambiente e respeito às populações, o que determina a adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais, bem como ao controle e ao monitoramento ambiental das</p>	<p>A definição constante das minutas dos contratos de concessão da 11ª e 12ª Rodada de Licitações, está menos sujeita à interpretações subjetivas, gerando, por conseguinte, menor insegurança jurídica para o concessionário. Inobstante, mantiveram-se as referências aos conceitos e garantias emanadas da Lei 9.478/97 e suas respectivas modificações.</p>
----------	-----------	--------	--	---

			Operações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.	
Contrato	Inclusão	1.2.40	<p>Receita Bruta mensal = (VPFpetróleo x Ppetróleo) + (VPFgás x Pgás)</p> <p>Onde:</p> <p>VPFpetróleo: volume de produção fiscalizada de petróleo, em m3 ;</p> <p>Ppetróleo: preço de referência do petróleo, em R\$/m3 ; VPFgás: volume de produção fiscalizada de gás natural, em m3 ;</p> <p>Pgás: preço de referência do gás natural, em R\$/m</p>	No texto da cláusula vigésima quarta existem itens em caixa alta que não constam na cláusula primeira de definições.
Contrato	Alteração	1.2.45	Relatório Final de Avaliação de Descoberta: documento preparado e apresentado pelo Concessionário à ANP qual se descreve o conjunto das Operações empregadas para a Avaliação de Descoberta de Petróleo e/ou Gás Natural, os resultados desta Avaliação e, eventualmente, a área que o Concessionário pretende reter para Desenvolvimento	A declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta.

Contrato	Alteração	2.3	O Concessionário deverá suportar todos os prejuízos em que venha a incorrer, que afetem a Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural na Área de Concessão.	O texto retirado Implicaria em responsabilidade civil por risco integral.
Contrato	Alteração	2.5	O Concessionário será o único responsável civilmente pelos seus próprios atos e os de seus prepostos e subcontratados, bem como pela reparação de quaisquer danos causados pelas Operações e sua execução, independentemente da existência de culpa excluídos os casos fortuitos e/ou de força maior, bem como acidentes ou eventos da natureza, nos termos da cláusula trigésima primeira.	O texto agregado visa afastar a responsabilidade civil por risco integral. Além disso, o próprio Contrato já prevê, em consonância com a lei, hipóteses de exclusão de risco, como a Cláusula 31ª, razão pela qual estamos a fazer a presente ressalva em relação a danos causados pelas operações.
Contrato	Alteração	4.2	A vigência deste Contrato, corresponderá ao período decorrido desde a data de sua assinatura até o encerramento da Fase de Exploração, salvo se houver Declaração de Comercialidade de uma ou mais Descobertas, caso em que haverá um acréscimo de 35 (trinta e cinco) anos contado da Declaração de Comercialidade apresentada à ANP.	Os campos da Rodada Zero demonstram que o prazo contratual de 27 anos é não é adequado, razão pela qual ora se sugere um prazo de 35 anos. Há inclusive exemplos de concessões de outros setores regulados (ex: setor elétrico – Lei 9074/97) que adotam o prazo contratual de 35 anos.

Contrato	Alteração	5.6.2, “a”	<p>dado sísmico reprocessado deverá estar contido dentro da Área de Concessão, podendo, a critério da ANP, serem considerados dados reprocessados de áreas exteriores não contratadas adjacentes à área concedida, mediante justificativa técnica</p>	<p>Visa a dar maior flexibilidade para a ANP especialmente em casos especiais que há potencial de unitização.</p>
Contrato	Inclusão	5.12	<p>O Concessionário poderá solicitar à ANP que o compromisso do Programa Exploratório possa ser aplicado em outra Concessão para a qual ele tiver obtido outorga no mesmo processo licitatório no caso de ter sido comprovada a ausência de prospectividade após as atividades já realizadas, desde que o somatório dos Programas Exploratórios Mínimos seja mantido. A ANP decidirá, a seu exclusivo critério, se tal aplicação será cabível frente aos dados e informações já disponibilizadas na área concedida, observadas as disposições do artigo 5.9.2 alíneas “a” e “c”.</p>	<p>Proposta visa otimizar investimentos totais e melhor aproveitamento dos recursos para identificação de potenciais petrolíferos.</p>
Contrato	Alteração	5.17	<p>A inexecução parcial ou integral do Programa Exploratório Mínimo ao término da Fase de Exploração, sem a devida anuência da ANP e nos casos previstos neste Contrato, implica a extinção de pleno direito do Contrato, sem prejuízo da execução das garantias financeiras de atividades exploratórias e da</p>	<p>A proposta visa garantir a transparência do processo, no sentido que a ANP deve dar conhecimento da inexecução do PEM ao Concessionário, antes de aplicar o instituto da extinção contratual, garantindo segurança jurídica ao Concessionário e equilíbrio na relação contratual.</p>

			aplicação de sanções cabíveis.	
Contrato	Alteração	5.17.1	Os valores das atividades do Programa Exploratório Mínimo não executadas estão definidos em Unidades de Trabalho e são líquidas, podendo ser exigidos do concessionário ou do garantidor, sempre corrigidos anualmente pelo IGP-DI desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas.	A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária a todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas.
Contrato	Alteração	6.13	Em caso de deterioração significativa da garantia financeira, a critério da ANP, o Concessionário deverá substituí-la ou apresentar garantia adicional.	Após a assinatura do contrato de concessão e conforme previsto na minuta do contrato de concessão, é lícito ao concessionário solicitar a substituição ou alteração da garantia financeira. Nesta hipótese, seria facultado ao concessionário apresentar outras formas de garantia regularmente aceitas pela ANP para fins de cumprimento do programa exploratório mínimo que não as previstas no edital, sujeito à aprovação da ANP.
Contrato	Exclusão	6.13.1		Trata-se de garantia a indenização para o caso do Concessionário se recusar a ou por outro motivo vir as descumprir as obrigações do contrato de concessão, nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no mesmo. Entende-se, como já aventado pela própria Agência, que esta e outras garantias tem como objetivo cobrir as perdas para a sociedade, decorrentes da não execução das atividades exploratórias comprometidas, além de atuar como uma punição para as empresas que

				<p>não honrarem suas propostas, refletindo a situação de momento ao tempo da licitação e o fator vinculante do Edital.</p> <p>Se a qualquer momento após a assinatura do Contrato, houver desequilíbrio em desfavor da Agência, a própria lei já permite que o contrato seja revisado e alterado. Portanto, entende-se como necessária a exclusão deste dispositivo, até mesmo para evitar incertezas para o Concessionário; excetuando-se todavia, os casos de manifesto desequilíbrio ou impossibilidade de plena execução da garantia.</p>
Contrato	Inclusão	6.14 - A	Quando um membro do consórcio for excluído compulsoriamente pela ANP nos termos do contrato de concessão, a garantia apresentada também será executada, abatendo-se o valor da garantia do valor do PEM, ficando os direitos e obrigações decorrentes da participação do consorciado excluído diluído entre os demais participantes.	Trata-se de cláusula com a redação semelhante à da cláusula 14.20 do Contrato de Concessão da 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, a qual se aplica no que se refere à garantia do PEM, adaptada para que o valor da garantia executada possa vir a ser abatido do PEM.
Contrato	Inclusão	6.14 – A.1	No caso de inadimplemento de Concessionário não-operador, relativo à renovação de garantias financeiras no valor correspondente à cota parte, a ANP deverá notificar os demais consorciados para que os mesmos se manifestem sobre eventual interesse na assunção da participação da parte inadimplente;	Hoje no Contrato de Concessão se um dos consorciados não renovar suas garantias há o risco real de perda da concessão.

Contrato	Inclusão	6.14 – A.2	Caso o(s) consorciado(s) não inadimplente(s) manifeste(m) interesse na aquisição da cota parte, deverá(ão) providenciar a substituição das garantias financeiras e entrega-las à ANP no prazo de sessenta dias após a notificação da ANP.	Vide justificativa da cláusula 6.11.2
Contrato	Inclusão	6.14 – A.3	Caso o(s) consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP abrirá um processo de cessão de direitos, adotando o critério da proporcionalidade para cessão da cota parte inadimplente, quando houver mais de um concessionário remanescente.	Vide justificativa da cláusula 6.11.2
Contrato	Inclusão	6.14 – A.4	Caso o(s) consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela não aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP executará as garantias financeiras correspondentes em favor do cumprimento do PEM, de maneira que, após encerrado o período exploratório, caso haja direitos relativos à concessão, os mesmos devem ser repassados ao consorciado inadimplente ou ao seu garantidor.	Vide justificativa da cláusula 6.11.2

Contrato	Alteração	8.1	O Concessionário poderá, a seu critério, efetuar a Declaração de Comercialidade da Descoberta por meio de notificação à ANP.	A declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada ao cumprimento integral do Plano de Avaliação de Descoberta ("PAD"), cabendo ao concessionário o entendimento sobre o melhor momento para declarar a comercialidade, apresentando o relatório à ANP.
Contrato	Exclusão	8.1.2		A Declaração de Comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta.
Contrato	Alteração	9.1	A Fase de Produção de cada Área de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade, e terá a duração inicial de 35 (trinta e cinco) anos, ou do prazo estabelecido no Plano de Desenvolvimento aprovado, podendo ser reduzida ou prorrogada nos termos desta cláusula.	Reportando ao comentário constante da cláusula 4.2 acima, O IBP entende que para a maior segurança ao Concessionário, deve ficar claro que o prazo da fase de produção será de 35 anos, sendo passível de ser reduzido ou prorrogado.

Contrato	Alteração	9.4.1	A ANP se manifestará sobre a solicitação de revisão do Plano de Desenvolvimento e de prorrogação da Fase de Produção em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo, justificadamente, recusar a proposta do Concessionário ou condicioná-la a modificações da revisão do Plano de Desenvolvimento, caso a revisão do Plano de Desenvolvimento apresentado não demonstre viabilidade técnica ou econômica para a prorrogação.	O IBP entende que é indispensável estabelecer um critério objetivo para que a ANP possa analisar o pleito de prorrogação, recusando-o ou condicionando-o a modificações. Esta redação, condicionando a aprovação da prorrogação da fase de produção à demonstração de viabilidade técnica e econômica, se encontra nos Contratos de Concessão de Rodadas anteriores; cabendo destacar que a retirada do texto dos Contratos de Concessão da 12ª Rodada de Licitações, foi percebido pela indústria como um retrocesso.
Contrato	Alteração	9.5.1	A solicitação da ANP poderá ser recusada mediante justificativa embasada, entre outras razões, a não economicidade.	Considerando que os riscos da operação cabem única e exclusivamente ao concessionário, entendemos que a avaliação de economicidade ou não para continuidade das atividades deve ser apenas do concessionário.
Contrato	Exclusão	9.5.1.1		Exclusão consistente com o comentário anterior.

Contrato	Exclusão	9.5.2		Exclusão consistente com o comentário anterior, cláusula 9.5.1.1
Contrato	Exclusão	9.5.3		Exclusão consistente com o comentário anterior, cláusula 9.5.1.1
Contrato	Alteração	9.6	Ocorrendo a prorrogação da Fase de Produção, nos termos dos parágrafos 9.3 ou 9.4, continuarão as Partes obrigadas pelos exatos termos e condições deste Contrato,	<p>Sugerimos a exclusão deste trecho, diante da possibilidade de serem formuladas pela ANP exigências que modificariam os termos do Contrato de Concessão, condicionando a prorrogação ao cumprimento de tais exigências, ferindo a legislação e o princípio da vinculação ao edital.</p> <p>A aprovação da postergação da fase de produção é decisiva para a realização de novos investimentos que somente apresentem retorno após os 27 anos iniciais. Tais investimentos e o prosseguimento das atividades de produção garantem o atendimento de uma série de objetivos da política energética nacional; assegurando inclusive a continuidade quanto ao recebimento de royalties e eventual Participação Especial pelos entes beneficiados, trazendo, assim, benefícios para o setor, para o País e para a sociedade.</p>

Contrato	Alteração	9.8	Concluída a Fase de Produção nos termos do parágrafo 9.1, o Campo será devolvido à ANP.	Sugerimos a redação contida na cláusula 9.7 do contrato de concessão da R14 que indicava a conclusão na fase de produção como um critério objetivo para a devolução do campo.
Contrato	Alteração	9.11	Na ausência de regulamentação específica, a ANP terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de recebimento do Programa de Desativação das Instalações, para aprová-lo ou solicitar ao Concessionário as modificações que julgar cabíveis.	Sugerimos a redação contida na cláusula 9.10 do contrato de concessão da R14 que estipula 180 dias para que a ANP aprove o programa de desativação permitindo que a efetiva desativação se dê tão logo concluída a fase de produção.
Contrato	Alteração	10.1	O Concessionário deverá apresentar o Plano de Desenvolvimento à ANP no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da submissão da Declaração de Comercialidade ou do recebimento, pelo operador, de comunicação de aprovação do Relatório Final de Avaliação de Descoberta.	Considerando que a declaração de comercialidade é uma prerrogativa do concessionário, esta não poderá estar sujeita ao PAD. A contagem do prazo de entrega do Plano de Desenvolvimento, via de regra, tem início após a apresentação da Declaração de Comercialidade. Nas hipóteses em que o concessionário decida por avaliar uma descoberta, a Declaração de Comercialidade será então apresentada concomitantemente ao Relatório Final do correspondente Plano de Avaliação de Descoberta. O prazo para entrega do PD, por sua vez, terá sua contagem iniciada após a aprovação pela ANP do Relatório Final de Avaliação da Descoberta. As mudanças ora propostas objetivam explicitar de maneira objetiva os marcos temporais aplicáveis tanto à regra geral (contagem do prazo a partir da declaração de comercialidade até o fim da fase de exploração), e sua exceção (contagem do prazo após a aprovação do relatório final de avaliação de descoberta).

Contrato	Inclusão	10.1.2	O prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento à ANP, poderá ser prorrogado mediante requerimento fundamentado do concessionário, sujeito à aprovação prévia da ANP.	Os casos práticos têm demonstrado que o prazo de 180 dias, por vezes, se demonstra exíguo, sendo certo que não existe instrumento normativo-legal que vede a prorrogação do prazo nas hipóteses devidamente justificadas pelo concessionário. Ademais, a Resolução ANP nº 17/2015 estabelece a participação da ANP no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento, podendo acarretar em novas demandas e, por conseguinte, tempo adicional, para apresentação do citado plano.
Contrato	Alteração	10.4	A Área de Desenvolvimento deverá abranger a(s) Jazida(s) a ser(em) produzida(s), conforme constante(s) na(s) respectiva(s) Declaração(ões) de Comercialidade.	A área objeto do contrato de concessão pode conter uma ou mais Jazidas. E, dependendo das características geológicas, poderão ensejar a definição de áreas de desenvolvimento distintas.
Contrato	Alteração	10.11.1	Caso o Concessionário tenha interesse de incorporar novo reservatório ao Campo, deverá ser precedida de um Plano de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP.	A incorporação do novo reservatório ao campo não deve ser automática, uma vez que dependem de análises econômicas e técnicas que são prerrogativas exclusivas do concessionário.
Contrato	Alteração	10.12	A Descoberta Comercial poderá ensejar nova Declaração de Comercialidade ou a sua incorporação ao sistema de Produção do Campo, observando a Cláusula Décima deste Contrato.	Faz-se necessária a inclusão de nova Declaração de Comercialidade uma vez que uma Descoberta Comercial pode não se limitar tão somente a um caso de incorporação ao sistema de produção de um campo já existente. Em qualquer das hipóteses, o procedimento da cláusula décima deverá ser observado.

Contrato	Alteração	11.2.1	Eventual variação igual ou superior a 10% (dez por cento) deverá ser tecnicamente fundamentada ou que decorra de caso fortuito, força maior ou causas similares a serem avaliados pela ANP.	Sugestão de rephraseamento em razão do fato de que as hipóteses sugeridas pela ANP não impactam concretamente na variação de produção. Sugerimos que as justificativas a serem adotadas sejam de caráter técnico ou de fatos de terceiros que serão demonstradas no caso a caso.
Contrato	Alteração	11.5.2	Caso o Concessionário discorde das modificações propostas, poderá discuti-las com a ANP, visando a ajustar as modificações a serem implementadas no Programa Anual de Produção, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	O PAP deve se basear em critérios técnicos e objetivos, observadas as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.
Contrato	Alteração	11.6	O Concessionário estará obrigado a cumprir o Programa Anual de Produção submetido à ANP, com as modificações implementadas de acordo com o procedimento previsto na cláusula 11.5.	Todas as modificações ao PAP devem observar o procedimento previsto na cláusula 11.5.
Contrato	Alteração	11.10	O volume produzido em cada Campo, a cada mês, não poderá sofrer variação superior a 15% (quinze por cento) em relação ao volume referente ao nível de Produção previsto para o mês correspondente no Programa Anual de Produção.	A área sob contrato pode contemplar a definição de mais de um Campo.

Contrato	Alteração	12.3	A propriedade dos volumes de Petróleo e Gás Natural medidos nos termos do parágrafo 12.1. será disponibilizada ao Concessionário no Ponto de Medição da Produção.	Tal proposta tem por objetivo mitigar qualquer risco de questionamento no sentido de que somente no ponto de medição os concessionários adquirem a propriedade do Petróleo e Gás Natural extraídos, contrariando a lógica da aquisição originária. De igual modo, considerando que o título da cláusula é “Disponibilização da Produção”, entendemos que a adoção do termo “disponibilizada” é mais coerente.
Contrato	Alteração	12.4	É assegurado ao Concessionário a livre disposição dos volumes de Petróleo e de Gás Natural a ele disponibilizados nos termos do parágrafo 12.3.	Vide justificativa acima.
Contrato	Alteração	12.6	O Concessionário poderá utilizar como combustível, na execução das Operações, Petróleo e Gás Natural produzidos na Área de Concessão, desde que em quantidades razoáveis e compatíveis com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	O consumo de parte da produção, principalmente gás e condensado, e eventualmente petróleo leve chamado de gasolina natural, é parte da normal otimização das operações de produção em todo o mundo, reduzindo custos de transporte, reduzindo riscos de transporte de combustíveis, e principalmente no caso de gás, é um fator de segurança de fornecimento de energia às instalações de produção e destinação evitando a queima ou reinjeção do gás, sendo naturalmente uma das Melhores Práticas da Indústria, não requerendo autorização da ANP para ser implementado.

Contrato	Alteração	12.7	<p>Os dados, informações e resultados obtidos dos testes de formação, Testes de Longa Duração ou Sistemas de Produção Antecipada durante a execução das Operações deste Contrato deverão ser enviado à ANP imediatamente após a sua obtenção, conclusão ou conforme prazo definido na Legislação.</p>	<p>O termo “Informação” não se confunde com “interpretação”. A produção da interpretação demanda conhecimento, classificação, análise e reflexão, o que requer esforço e investimentos pecuniários pelo Concessionário.</p> <p>Compreende-se por conhecimento os dados e as informações interpretadas, isto é, aquelas submetidas a estudos conduzidos em conformidade com os métodos recomendados pelo estado da arte da ciência e da tecnologia, conferindo-se à mesma a qualidade de propriedade intelectual, gozando, por conseguinte, de proteção legal conferida pela Constituição, pelo acordo TRIPS e pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98). Portanto, as cláusulas contratuais que solicitam a entrega dos dados e informações interpretadas violam o direito de propriedade do concessionário.</p> <p>Dessa forma, o IBP entende que somente os elementos em estado bruto e aqueles submetidos a tratamento preliminar obtidos como resultado das operações de exploração e produção, realizadas sob a égide do Contrato de Concessão, devem ser entregues pelas Concessionárias à ANP, a fim de compor os “recursos petrolíferos nacionais” referidos no art. 22, caput, da Lei do Petróleo, o que não abrange os dados e informações interpretadas.</p> <p>Ainda, sustentamos que a propriedade privada é um dos princípios da Ordem Econômica (art. 170, II CRFB/88), situado no mesmo capítulo da Constituição que trata do órgão regulador para o setor petrolífero (art. 177 § 1.º), de modo que a Constituição, neste aspecto deve ser interpretada considerando a valoração axiológica existente entre o citado princípio positivado e a regra de seu art. 177, § 1.º.</p>
----------	-----------	------	---	---

Contrato	Alteração	13.2	O Acordo de Individualização da Produção e o Compromisso de Individualização da Produção serão elaborados nos termos da Legislação Aplicável, respeitados os termos e condições deste Contrato no que diz respeito à Área de Concessão, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.	A sugestão objetiva conferir segurança jurídica aos Concessionários, de modo que processos de individualização da produção não venham a ensejar um desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
Contrato	Inclusão	13.3	Nos casos em que a Jazida Compartilhada se estenda por área não contratada, o Concessionário não será obrigado a realizar desembolso para arcar com a participação da União no rateio dos investimentos concernentes à etapa de Desenvolvimento e dos custos de produção.	Importante refletir as diretrizes constantes na Resolução do CNPE e o conceito contido na Resolução da ANP 25/2013 no Contrato de Concessão ante a ausência de Legislação Federal específica.
Contrato	Inclusão	13.4	O curso do prazo contratual poderá ser suspenso no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável.	Importante refletir as diretrizes constantes na Resolução do CNPE e o conceito contido na Resolução da ANP 25/2013 no Contrato de Concessão ante a ausência de Legislação Federal específica.

Contrato	Inclusão	13.5	A ANP poderá autorizar a anexação da área adjacente pelo Concessionário caso se comprove a dispensa ou a inexigibilidade de licitação para a área adjacente que detém parcela da Jazida Compartilhada.	Inclusão pautada no princípio da eficiência e respaldada pelos comandos licitatórios, bem como alinhado aos princípios da política energética nacional.
Contrato	Inclusão	13.6	Será aplicado ao acordo de individualização da produção o conceito jurídico da aquisição originária sobre os volumes de hidrocarbonetos produzidos que devam ser equalizados entre as partes integrantes do acordo, independente da forma de equalização definida	Importante que a ANP deixe claro no contrato o regime de aquisição da propriedade também para os volumes a serem equalizados nos processos de individualização da produção, independentemente da forma elegida para a equalização.
Contrato	Alteração	14.20.4	Operações fora dos limites da Área de Concessão serão consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo.	<p>Não obstante a determinação da Diretoria Colegiada da ANP na RD 940/2011, entendemos que este posicionamento poderia ser revisto, uma vez que a execução de tais operações em localidade externa à Área de Concessão será realizada apenas mediante justificativa técnica, feita pelo Concessionário e aprovada pela ANP.</p> <p>Sendo portanto investimentos obrigatórios à atividade exploratória e cumprimento do PEM, é razoável que a aquisição de dados e/ou a execução de outras Operações sejam consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. Tal possibilidade estaria alinhada aos objetivos e princípios emanados da Lei 9.478/97 e demais normas aplicáveis.</p>

Contrato	Alteração	15.2	<p>Respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem com as normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, ANP terá livre acesso à Área de Concessão e às Operações em curso, aos equipamentos e instalações do Concessionário bem como a todos os registros, e dados técnicos disponíveis, para fins do acompanhamento e fiscalização. A ANP dará ciência previamente ao Concessionário da realização de tais inspeções e zelará para que tais inspeções não prejudiquem a execução normal das operações.</p>	<p>Inobstante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que regem a atuação da administração pública, é de amplo conhecimento a limitação do número de pessoas que podem permanecer embarcadas e o constante alto volume de atividades necessárias à continuidade das operações. Portanto, é muito importante para o Operador a ciência prévia para possibilitar a organização de toda a logística necessária para a realização de inspeção pela ANP, de acordo com as normas de segurança aplicáveis ao setor de exploração e produção de petróleo/gás natural.</p>
Contrato	Alteração	15.3	<p>O Concessionário deverá permitir livre acesso às autoridades que tenham competência sobre quaisquer de suas atividades, observadas as disposições constantes na cláusula 15.2.</p>	<p>Em consonância com o comentário que consta da cláusula 15.2.</p>

Contrato	Alteração	16.4	O Concessionário deverá cumprir o Programa Anual de Trabalho e Orçamento submetido à ANP, respeitando, caso existam, as modificações implementadas de acordo com o procedimento previsto na cláusula 16.3.	Todas as modificações ao PAP devem observar o procedimento previsto na cláusula 16.3.
Contrato	Alteração	17.1.1	O Concessionário enviará à ANP, na forma por esta determinada, cópias de mapas, seções, perfis, estudos, outros dados e informações geológicas, geoquímicas e geofísicas, inclusive dados de poços, obtidos de testes, além de relatórios ou quaisquer outros documentos definidos em regulamentação específica e obtidos como resultado das Operações e deste Contrato que contenham informações necessárias para a caracterização do progresso dos trabalhos e do conhecimento geológico da Área de Concessão.	Em que pese o concessionário ter ciência de que a informação apresentada à ANP será tratada de forma confidencial pela mesma, o Operador é obrigado a dividir com os demais concessionários todas as informações submetidas à ANP, uma vez que são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do contrato de concessão. Os modelos de reservatórios são elaborados por cada concessionário consideradas as suas particularidades, não sendo informação dividida no consórcio. Além disso, os modelos de reservatórios não são informações essenciais para o exercício do poder fiscalizatório da Agência e consistem em informações proprietárias, preservando assim a confidencialidade da propriedade intelectual de tais modelos e, conseqüentemente, as vantagens competitivas dos operadores.
Contrato	Alteração	17.1.2	Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478/1997, o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, devendo tais dados e informações, inclusive os referentes à geologia, geofísica e geoquímica da Área de Concessão, ser entregues pelo Concessionário à ANP	Vide comentário acima e do Plano de Desenvolvimento. Modelagem geológica implica em informação sensível de cada empresa. Sugerimos sua exclusão.

Contrato	Inclusão	18.8, alínea “e”	garantia fornecida por empresa Afiliada da Concessionária.	<p>O IBP reconhece que o tema das garantias de abandono ainda será objeto de regulação específica. Inobstante, o IBP entende que a previsão sobre a possibilidade de apresentação de garantia por empresa afiliada deve constar do contrato de concessão.</p> <p>A apresentação de garantia por parte de empresa Afiliada do Concessionário não só estaria em consonância com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e com a prática até então adotada pela ANP (vide garantias de performance outorgadas pelo controlador do concessionário para garantir quaisquer obrigações assumidas pelo garantido no âmbito da concessão, inclusive aquelas referentes ao abandono), como atenderia ao estipulado no Contrato de Concessão, sem impor ao Concessionário custos adicionais e excessivos, os quais podem inviabilizar o projeto ou até mesmo impactar a competitividade do País no mercado internacional.</p>
Contrato	Inclusão	18.8.1	Para as hipóteses em que o Concessionário comprovar o atendimento a critérios financeiros mínimos a serem estabelecidos pela ANP com base nos parâmetros do Edital de Licitação correspondente, a ANP deverá isentar o Concessionário da apresentação de garantia para os fins desta Cláusula.	<p>O IBP reconhece que o tema das garantias de abandono ainda será objeto de regulação específica, mas considerando a relevância do tema, é importante que tais diretrizes estejam refletidas no contrato de concessão.</p> <p>O IBP entende ser necessário prever a possibilidade de isenção do Concessionário da apresentação de qualquer tipo de garantia de abandono em casos de comprovada robustez financeira, conforme as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.</p>

Contrato	Inclusão	18.8.5	A ANP deverá conferir tratamento isonômico a Concessionários que possuam o mesmo grau de qualificação técnica e financeira, nos termos do Edital de Licitações correspondente.	<p>O IBP reconhece que o tema das garantias de abandono ainda será objeto de regulação específica, mas considerando a relevância do tema, é importante que tais diretrizes estejam refletidas no contrato de concessão.</p> <p>O IBP entende ser importante assegurar que Concessionários com as mesmas qualificações estejam sujeitos às mesmas exigências quanto à garantia de abandono.</p>
Contrato	Inclusão	18.9.2	Os bens cujos custos de aquisição não tenham sido deduzidos de acordo com as normas aplicáveis para o cálculo da Participação Especial deverão ser indenizados.	<p>Assim como a cláusula 18.9 reflete previsão constante na Lei do Petróleo sobre a possibilidade de reversão de bens, o IBP entende que a indenização dos bens revertidos prevista na Constituição Federal também deve estar contemplada no contrato de concessão.</p> <p>Vale notar que a Constituição Federal estabelece que qualquer desapropriação - como neste caso - deve ser sujeita à justa e prévia indenização em dinheiro.</p>
Minuta de Contrato	Alteração	20.4	O Concessionário deverá apresentar à ANP o Relatório de Conteúdo Local para acompanhamento de Conteúdo Local em Exploração e Desenvolvimento, nos termos da legislação aplicável.	A legislação hoje aplicável - Resolução 27/2016 – estabelece o Relatório de Conteúdo Local, definido também na cláusula 1.2.39 de definições deste contrato como o documento pertinente para a demonstração dos dispêndios para fins de Conteúdo Local. O Relatório de Gastos Trimestrais, usado até a 6ª Rodada para reportar o Conteúdo Local realizado não é mais aplicável para a presente legislação.
Minuta de Contrato	Inclusão	Após o atual item 20.5.1	Para fins de aferição o compromisso referente à Fase de Exploração será limitado aos investimentos realizados no Programa Exploratório Mínimo – PEM, nos termos da legislação aplicável.	<p>A fase de exploração é uma atividade que envolve alto risco para o operador além de pouco investimento em equipamentos de uso permanente. No contrato, assumem-se compromissos de Conteúdo Local com base em uma proposta de atividade exploratória (PEM). Assim, as exigências de Conteúdo Local devem ser vinculadas aos investimentos contidos no PEM a fim de estimular as atividades exploratórias além do mínimo comprometido.</p> <p>A tomada de risco além do compromisso mínimo</p>

				(PEM) deve ser estimulada, e não inibida com mais compromissos, pois aumenta as chances de descoberta, e consequente investimento em desenvolvimento da produção, bem como fornece mais dados geológicos para a agência reguladora.
Minuta de Contrato	Alteração	20.7	Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão: a) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Fase de Exploração; e b) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular. c) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento de cada módulo, em Campo que contemple o Desenvolvimento modular.	Frequentemente operadores efetuam dispêndios referentes à fase de exploração ou à etapa de desenvolvimento da produção após a conclusão das mesmas, uma vez que os ciclos de faturamento podem ser longos (por vezes superiores a 3 meses). Ao definir o limite temporal de aferição igual ao limite da fase pode-se excluir importantes investimentos dos cálculos de conteúdo local da mesma. Desta forma, sugere-se adotar limite temporal para recebimento das faturas igual ao limite de entrega do último relatório de conteúdo local, sem prejuízo das atividades fiscalizatórias.
Minuta de Contrato	Alteração	20.8	Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências: a) O decurso de 05 (cinco) anos após a Extração do Primeiro Óleo;	Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de

			<p>b) A desistência, pelo Concessionário, do Desenvolvimento do Módulo da Etapa de Desenvolvimento; ou</p> <p>c) A realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo.</p>	<p>esforços e recursos por parte dos concessionários e reguladores.</p> <p>Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, conseqüentemente, aumento das participações governamentais.</p>
Minuta do Contrato	Inclusão	Após o atual item 20.8	<p>O Concessionário poderá, mediante aprovação da ANP, solicitar o reconhecimento das atividades relativas ao desenvolvimento do mercado de Fornecedores Brasileiros para fins de cumprimento de Conteúdo Local, na forma da legislação aplicável.</p>	<p>As empresas operadoras tem empreendido grandes esforços no desenvolvimento da Cadeia Local de fornecedores. Exemplos claros são os investimentos na indústria naval e a instalação no Brasil de centros de produção, operação e pesquisa de grandes fornecedores. Entende-se que tais esforços devem ser computados para efeitos de incentivo à política de Conteúdo Local.</p> <p>Existe a necessidade de uma previsão contratual para as diretrizes do Decreto Pede for que serão regulamentadas.</p>
Minuta do Contrato	Exclusão	20.9		<p>Pelo princípio da isonomia, o IBP entende que, assim como diversos serviços prestados por mão de obra nacional considerados para fins de apuração de CL, os dispêndios relativos a operação da Unidade, deverão também ser considerados.</p> <p>Se o objetivo da política pública de CL é o desenvolvimento do mercado nacional com a geração de emprego e renda não faria sentido a exclusão de um segmento altamente qualificado e essencial para</p>

				<p>operação.</p> <p>Cabe mencionar ainda que os dispêndios relativos à operação de unidades de produção faziam parte da base de cálculo de conteúdo local até a 13ª rodada e sua exclusão na cláusula em questão não está respaldada por qualquer nova diretriz do CNPE publicada até o momento.</p>
Minuta do Contrato	Alteração	20.10	<p>Caso o Conteúdo Local aferido seja diferente do Conteúdo Local com o qual o Concessionário se comprometeu, seja na Fase de Exploração, seja em um Módulo da Etapa de Desenvolvimento, a diferença a maior ou menor, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para o(s) Módulo(s) da Etapa de Desenvolvimento a ser(em) implantado(s) subsequentemente.</p>	<p>"Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.)</p>
Minuta do Contrato	Alteração	20.10.1	<p>No caso de Campos em Mar com lâmina d'água acima de 100 metros, o operador deverá indicar o Macro grupo para o qual a diferença a maior ou menor da Fase de Exploração será direcionada.</p>	<p>"Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.)</p>

Minuta do Contrato	Alteração	20.10.2	Eventuais diferenças a maior ou menor verificadas nos Módulos da Etapa de Desenvolvimento poderão ser transferidas para os Macro grupos indicados pelo Concessionário.	"Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.)
Minuta do Contrato	Alteração	20.11	A solicitação de transferência de excedente deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular.	Entende-se que o período de 15(quinze) dias é insuficiente para analisar e concluir o processo interno de validação e aprovação de eventuais diferenças a maior ou menor a serem transferidas.
Minuta do Contrato	Inclusão	Após o atual item 20.11	O Concessionário poderá solicitar à ANP o ajuste do percentual de Conteúdo Local da Fase de Exploração e do determinado Macro grupo com o qual se comprometeu.	Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador.

Minuta do Contrato	Inclusão	Após a inclusão do item acima	A solicitação de ajustes deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular.	Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador.
Minuta do Contrato	Alteração	20.11.1	O valor monetário excedente será atualizado por índice que reflita com a melhor exatidão as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás.	Buscar a equalização e/ou consistência com o Índice utilizado nos contratos anteriores, de forma a evitar duplicação de controles e gestão interna, tanto das Operadores quanto da ANP.
Minuta do Contrato	Alteração	20.12	O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o Concessionário à aplicação de multa, a qual será calculada sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso: a) Caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Conteúdo Local Mínimo, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Conteúdo Local Não Realizado. b) Caso o percentual de Conteúdo	O setor de petróleo é caracterizado por investimentos realizados em longo prazo, normalmente superior a dez anos após a assinatura do contrato, acarretando grande incerteza em relação às condições tecnológicas e de mercado quando da efetiva realização dos investimentos. Com a eliminação do mecanismo de isenção para o presente contrato, não há qualquer instrumento que evite a penalização indevida dos concessionários em casos de impossibilidade de cumprimento das obrigações sem culpa objetiva. Nesse contexto, a manutenção de patamares pesadamente elevados de aplicação de penalidades, ainda que inferiores aos praticados até o momento, expõe os projetos a risco financeiro que reduz sua atratividade e terá impacto negativo na

			<p>Local Não Realizado (NR) seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento), a multa será crescente a partir de 10% (dez por cento), atingindo 24% (vinte e quatro por cento) do valor de Conteúdo Local Mínimo, no caso de 100% de Conteúdo Local Não Realizado (NR), de modo a obedecer à fórmula:</p> $M (\%) = 0,4 \times NR (\%) - 16\%.$ <p>No qual NR (%) é o percentual de Conteúdo Local Não Realizado</p>	composição das ofertas.
Minuta do Contrato	Alteração	20.14	<p>O valor monetário excedente será atualizado por índice que reflita com a melhor exatidão as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás.</p>	<p>Buscar a equalização e/ou consistência com o Índice utilizado nos contratos anteriores, de forma a evitar duplicação de controles e gestão interna, tanto das Operadores quanto da ANP.</p>
Contrato	Alteração	21.2, alínea "e"	<p>recuperar áreas degradadas, em conformidade com a solução técnica exigida pelo órgão ambiental competente;</p>	<p>O IBP solicita o retorno da redação original, na qual restava clara a competência do órgão ambiental para determinar tecnicamente a forma de recuperação de áreas degradadas.</p>

Contrato	Alteração	21.4	Caso haja processo de licenciamento ambiental em que o órgão competente julgue necessária a realização de audiência pública, o Concessionário deverá enviar à ANP cópia dos estudos elaborados visando à obtenção das licenças no mínimo 10 (dez) dias úteis antes da realização da audiência.	O IBP sugere o retorno do prazo anteriormente previsto de 10 dias úteis antes da realização da Audiência Pública, uma vez que 30 dias úteis seria muito tempo de antecedência onerando não apenas o concessionário, mas também comprometendo a atualidade dos estudos
Contrato	Alteração	22.2	A exclusivo critério da ANP e desde que por esta previamente autorizado, o auto seguro poderá ser admitido. A ANP deverá conferir tratamento isonômico a Concessionários que possuam o mesmo grau de qualificação técnica e financeira, nos termos do Edital de Licitações correspondente.	<p>O Edital de Licitações traz regras claras e objetivas para aferir a qualificação técnica e financeira - cuja manutenção inclusive é exigida ao longo de toda a vigência da concessão. Dessa forma, entendemos que tal critério objetivo também seria adequado para aferição da possibilidade do auto-seguro.</p> <p>Concessionários com as mesmas qualificações devem estar sujeitos às mesmas exigências quanto à possibilidade de apresentar auto seguro.</p>
Contrato	Alteração	22.4	O seguro por meio de Afiliadas é admitido desde que previamente autorizado pela ANP.	<p>Reportamo-nos ao comentário da cláusula 22.3 acima, uma vez que o Edital de Licitações também prevê as regras para aferir a qualificação técnica e financeira das afiliadas.</p> <p>O seguro por meio de afiliadas deve considerar a sólida capacidade financeira e operacional dessas empresas. Assim, sugere-se excluir a necessidade de autorização prévia, pela SUSEP para o fornecimento de seguros por essas afiliadas, sempre preservando o poder discricionário e regulatório da ANP.</p> <p>Além disso, há situações nas quais empresas</p>

				transnacionais podem vir a contratar apólices de seguros fora do Brasil, incluindo suas afiliadas como beneficiárias em tais produtos de seguro.
Contrato	Alteração	24.1.1	O valor a que se refere este parágrafo é devido para cada Campo originado a partir da Área de Concessão.	A partir do Bloco objeto do contrato de concessão, é possível que se origine mais de um Campo.
Contrato	Alteração	24.1.2	O Concessionário tem até o dia 30 de junho do ano seguinte ao ano calendário de apuração da receita bruta de produção para realizar ou contratar a aplicação desses recursos.	<p>Considerando os prazos necessários para o desenvolvimento dos projetos de P&D, e a boa prática de pagamentos por etapa executada, é necessário considerar contratações de maior prazo e, tendo em vista os compromissos financeiros assumidos, contabilizar o valor dos contratos como provisionamento das aplicações do período de cumprimento da obrigação.</p> <p>Cabe ressaltar que os contratos das Rodadas 11 e 12 já preveem a possibilidade de contratação.</p> <p>As contratações serão admitidas exclusivamente para aplicação da parcela externa da obrigação.</p>

Contrato	Inclusão	24.1.2.1	O Concessionário deverá fornecer à ANP relatório completo das Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizadas ou contratadas, nos prazos e formatos definidos na Legislação Aplicável.	Justificativa apresentada no item anterior.
Contrato	Inclusão	24.1.2.2	A contratação referente ao item 24.1.2. não poderá exceder 3 anos.	Embora possam ocorrer projetos de mais longo prazo, para efeitos do controle dos investimentos realizados e contabilizados como provisionamento, sugere-se que apenas os 3 primeiros anos do cronograma financeiro do projeto sejam considerados.
Contrato	Alteração	24.2.a	Até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento junto a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais credenciados pela ANP.	<p>Tendo em vista o novo objetivo declarado da ANP “de desenvolver tecnologia para o fortalecimento do conteúdo local”, a divisão da alocação dos investimentos entre instituições credenciadas e empresas, conforme apresentado, não faz mais sentido. A necessidade de se promover a mobilidade do talento e a transferência de conhecimento do mundo acadêmico para o empresarial é por si só um incentivo natural e suficiente ao envolvimento tanto da academia quanto das empresas nestes projetos, sem que seja necessária uma intervenção da ANP para determinar a alocação de um percentual mínimo de investimento em um ou outro ator.</p> <p>O modelo existente, que privilegia o investimento mandatório em instituições credenciadas, não se demonstrou eficiente para a promoção da inovação e do desenvolvimento da indústria local.</p> <p>A presente sugestão justifica-se pela impossibilidade de cumprimento da obrigação prevista no modelo atual, tendo em vista que, conforme explicado anteriormente, as</p>

				instituições credenciadas pela ANP podem receber os investimentos em P,D&I disciplinados por este regulamento até um limite máximo além do qual não terão recursos humanos ou materiais para conduzir novas pesquisas. É preciso, portanto, ampliar o leque e flexibilizar as instituições aptas a receber investimentos.
Contrato	Alteração	24.2.b	Até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação, que tenham por objetivo resultar em produtos ou processos com inovação tecnológica junto a Empresas Brasileiras de qualquer porte.	<p>O foco dos investimentos da verba de P&D deve ser orientado à execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e metodologias, que a médio e longo prazo levem a melhorar a competitividade da nossa indústria. Mesmo entendendo que o desenvolvimento da cadeia de fornecedores é um objetivo chave e uma necessidade do país, acreditamos que isso deva ser alcançado por outros meios e desvinculado dos objetivos de P&D. Na área de P&D, devemos priorizar a realização de inovações, com critérios de excelência. Entre as várias metas de desenvolvimento local, entendemos que o foco da pesquisa nacional deveria incluir o desenvolvimento de inovações que venham a viabilizar tecnicamente e/ou economicamente as jazidas de pré-sal, já que estas podem trazer muitos ganhos futuros ao país, com Royalties, Impostos, empregos e geração de empresas localmente. As parcerias entre operadoras e as empresas fornecedoras devem ser incentivadas, o que favoreceria a geração de nova indústria local para fornecer esses novos produtos e serviços sempre que houver oportunidade.</p> <p>Além disso, durante a execução das atividades de pesquisa, o critério de excelência poderá levar, em algumas situações, a precisar de colaborações internacionais com Centros de Referência em algumas tecnologias específicas, o que ainda não é aceito no nosso regulamento atual nem nas propostas de mudança que estão em andamento em distintos foros. Contudo,</p>

				<p>acreditamos que teríamos grandes ganhos de inovação localmente ao disponibilizar um percentual (ex. 5%, 10%, 15, etc.) do valor total de P,D&I para ser utilizado em centros de excelência de pesquisa, universidades e empresas estrangeiras.</p> <p>Além disso, temos também linhas abertas de discussão para futuras modificações no regulamento que atendam a inclusão de custos indiretos e custos nas instalações das operadoras executados fora do país. Porém, limitar esse investimento privado pode ser um risco no futuro</p>
Contrato	Inclusão	24.3	<p>O saldo remanescente das Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, após a observância dos parágrafos 7.2 e 7.3, poderá ser investido em:</p> <p>a) atividades de pesquisa desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Contratado ou de suas Afiliadas, localizadas no Brasil ou no exterior, com a qualificação dos recursos destinados à remuneração direta de pessoal próprio, residente no país ou no exterior, que atue em projetos e programas de Pesquisa Desenvolvimento & Inovação junto a empresas fornecedoras nacionais ou instituições credenciadas pela ANP;</p> <p>b) ressarcimento de custos indiretos do próprio Contratado referentes à utilização das instalações e serviços, compreendendo, entre outras, despesas com água, luz, serviços de manutenção, segurança e limpeza, limitado a até 15% sobre o valor das despesas do projeto ou programa; ou</p>	<p>Necessidade de futuras modificações no regulamento que atendam a inclusão de custos indiretos e custos nas instalações das operadoras executados fora do país. Porém, limitar esse investimento privado pode ser um risco no futuro.</p> <p>Necessidade de futuras modificações no regulamento que atendam a inclusão de custos indiretos e custos nas instalações das operadoras executados fora do país. Porém, limitar esse investimento privado pode ser um risco no futuro. Sendo o objetivo do Regulamento possibilitar que o Brasil se beneficie do conhecimento gerado com a obrigação de PD&I, e de que pesquisadores nacionais se apropriem do mesmo a fim de gerar um círculo virtuoso que só benefícios traria ao país, a atuação de pesquisadores estrangeiros só poderia somar experiência, onde os mesmos atuariam como indutores de pesquisa localmente, pois ao desempenharem suas atividades acabariam por beneficiar também pesquisadores locais.</p> <p>Ao se desconsiderar a admissibilidade de despesas inevitáveis a serem incorridas como resultado da obrigação, tais como custos com pessoal e custos indiretos, estar-se-ia impondo, na prática, uma obrigação de investimento substancialmente superior àquele estipulado nos contratos de exploração e produção (1%). Isto porque as EP teriam o ônus adicional de custear</p>

			c) empresas fornecedoras nacionais da Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP.	despesas que, por serem indispensáveis ao cumprimento da obrigação de investir em P&D, serão necessariamente incorridas e não seriam qualificáveis como parte do investimento mandatório. Ou seja, estar-se-ia, na prática, exigindo investimentos em medida superior àquela estabelecida pelos contratos de exploração e produção.
Contrato	Alteração	27.2	A ANP poderá realizar auditoria contábil e financeira deste Contrato, inclusive dos demonstrativos de apuração das Participações Governamentais, nos termos da Legislação aplicável.	O IBP não questiona a competência da ANP para realização de auditoria, mas é importante deixar expresso no contrato que o escopo desta auditoria deve ser limitado ao contrato.
Contrato	Alteração	27.2.3	A ANP terá amplo acesso aos documentos, livros, papéis, registros e outras peças outros documentos, referidos no parágrafo 27.1, inclusive aos contratos e acordos firmados pelo Concessionário e relacionados com a aquisição de bens e serviços para as Operações, relativos aos últimos 5 (cinco) anos. Com relação aos documentos para aferição do Conteúdo Local, a ANP terá acesso a tais documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da emissão dos certificados de Conteúdo Local.	O IBP sugere prazos distintos para a auditoria de documentos fiscais e relativos à Conteúdo Local. Desta forma, para documentos fiscais deve ser observado o prazo de 5 (cinco) anos, conforme estabelecida pelo CTN, Lei 9.873/99, Lei 9.847/99, Decreto 2.953/99 e demais normativos aplicáveis. Já com relação ao Conteúdo Local, foi mantido o prazo de 10 (dez) anos proposto pela ANP em conformidade com o Parecer nº 269/2014/PF-ANP/PGF/AGU.

Contrato	Alteração	27.2.5	O concessionário deverá manter à disposição da ANP os respectivos certificados de Conteúdo Local, além se contratos, documentos fiscais e demais registros comprobatórios, correspondentes ao bem ou serviço adquirido, pelo prazo de 10 (dez) anos após sua emissão.	Sugere-se a contagem do período de guarda de documentos a partir de sua emissão, conforme legislação e jurisprudência vigentes, inclusive de tribunais superiores. A sugestão visa a trazer maior efetividade para as atividades dos concessionários ao invés de gerar maior custo operacional para a guarda de documentos por períodos incertos e excessivamente longos.
Contrato	Alteração	27.2.6	A ANP poderá exigir do Concessionário quaisquer documentos necessários para dirimir eventuais dúvidas das auditorias sob sua responsabilidade	Vide comentário anterior aplicável a cláusula 27.2.5.
Contrato	Alteração	28.5	Os Concessionários deverão notificar a ANP sobre a alteração de seu controle societário no prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação do ato societário no órgão de registro competente, sobre a alteração do seu controle societário, que implique na exclusão do concessionário do grupo econômico do qual pertencia originalmente nos termos da Legislação Aplicável.	O IBP reitera seu posicionamento manifestado na Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P, no sentido de que a obrigação de notificar a ANP deve ser aplicável à hipótese em que ocorra alteração do controle societário que implique na exclusão do Concessionário do grupo econômico ao qual pertencia originalmente.

Contrato	Inclusão	28.5.2	Excetuam-se de tal obrigação, as alterações de controle societário ocorridas em sociedade controladora, mesmo que indiretas, cujas ações representativas de seu capital social se encontrem cotadas em bolsa de valores.	O IBP reitera seu posicionamento manifestado na Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P. Como esclarecido, para aquelas sociedades que tenham ações cotadas em bolsa de valores, alterações no controle societário não são passíveis de objeção ou controle.
Contrato	Alteração	28.6	A Cessão no todo ou em parte da Área do Contrato será sempre de uma participação indivisa nos direitos e obrigações do Concessionário.	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Considerando que a lei aplicável prevê as hipóteses de sobrevivência de obrigações por parte do cedente, as quais representam exceções (e não a regra), propõe-se excluir o fragmento em questão, de modo a evitar dúvidas e entendimentos equivocados quanto às obrigações assumidas pelo cessionário, em substituição ao cedente, no contrato de concessão. Exigir do cedente o adimplemento de obrigações em período posterior à sua participação como concessionário, ressalvadas as hipóteses exaustivamente descritas na lei aplicável, é pouco razoável, além de legalmente questionável.</p>
Contrato	Exclusão	28.7.2		O IBP sugere a exclusão desta cláusula considerando que não existe previsão legal para a determinação de um programa exploratório mínimo adicional para as áreas. Tal medida seria desproporcional e onerosa para as partes, uma vez que seria alterado um critério ofertado por ocasião da licitação da área – a mera divisão dos blocos não deveria ensejar a adição de mais compromissos exploratórios.

Contrato	Exclusão	28.7.3		Vide justificativa a cláusula 28.7.2
Contrato	Alteração	28.9	Qualquer Cessão que não cumpra o disposto nesta Cláusula ou na Legislação Aplicável será anulável e sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na Legislação Aplicável.	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Eventuais vícios no processo de cessão podem ser sanados, havendo, portanto, a possibilidade de convalidação do ato jurídico.</p>
Contrato	Alteração	28.11, alínea “a”	os concessionários estejam adimplentes com as obrigações do Contrato, salvo se tais obrigações estiverem sendo contestadas nas vias administrativa, judicial e/ou arbitral	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Não condicionar o pedido de cessão nos casos em que o concessionário esteja exercendo seu direito de contestar em qualquer esfera.</p>
Contrato	Exclusão	28.11, alínea “b”		<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Entendemos que a adimplência das obrigações de cedente e do cessionário deve limitar-se ao contrato em questão, sob pena de ser desproporcional.</p> <p>A redação sugerida pela Agência no sentido de que o cedente e cessionário não podem contar com débitos de</p>

				<p>Participações Governamentais (e de terceiros), no contrato cedido ou em qualquer outro contrato de E&P, tem um alcance muito amplo, podendo, inclusive, atingir questões que estão judicializadas ou pendentes de exame por esse regulador, entre outras hipóteses.</p> <p>A respeito, é válido recordar que os Tribunais sempre rechaçaram com veemência os meios de cobrança indireto que a Administração Pública cria para a cobrança de seus créditos, definindo, como se identifica na jurisprudência, sanções políticas, como a ANP busca implementar na redação desse dispositivo. Entendemos relevante recordar, mutatis mutandis, o teor da súmula 547 do STF (“Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.”) É dizer, a forma como busca tratar a ANP atinge direta e concretamente as atividades econômicas de nossas associadas.</p> <p>Os Tribunais têm repellido essas normas justamente porque a Administração Pública conta com diversos poderes especiais que não são conferidos ao particular (especialmente para o caso em tela, a possibilidade de criação de título executivo extrajudicial e meios especiais de execução, haja vista o particular rito da Lei 6.830/80). Portanto, a forma como se encontra descrito este dispositivo encontra sérias dificuldades de confirmação judicial, o que exige a sua adequação ou sua exclusão.</p> <p>Acreditamos que uma forma de legitimar a intenção da ANP seria deixar claro que a norma só se aplica aos eventos que não tenham depósito do montante devido, liminar judicial ou arbitral, pendência de exame de defesa ou recurso administrativo a respeito da cobrança, ou mesmo, mediante pedido de parcelamento da dívida.</p> <p>Em adição aos argumentos de ordem jurídica antes</p>
--	--	--	--	---

				<p>relatado, acreditamos que a supressão do dispositivo ou o seu contorno para uma redação alternativa em muito contribuirá para o desenvolvimento de negócios de E&P entre os diversos investidores do setor, contribuindo significativamente com o desenvolvimento do mercado nacional e até possibilitando o pagamento de eventuais débitos de Participações Governamentais e de terceiros de forma mais abreviada em razão de uma regulação mais permissiva ao desenvolvimento desses negócios.</p>
Contrato	Alteração	28.13	<p>O termo aditivo ao Contrato de Concessão adquirirá vigência e eficácia a partir da data de sua assinatura, exceto se de outra forma permitido pela Legislação Aplicável.</p>	<p>Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada</p> <p>Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.</p> <p>A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato de concessão refletindo a nova composição do concessionário, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato de concessão e no próprio Termo de Cessão. De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP.</p>

Contrato	Alteração	28.18	Os novos Contratos de Concessão firmados pelas Partes adquirirão vigência e eficácia a partir da aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, por meio de Resolução de Diretoria, nos termos da Legislação Aplicável.	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada.</p> <p>Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.</p> <p>A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato de concessão refletindo a nova composição do concessionário, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato de concessão e no próprio Termo de Cessão.</p> <p>De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP.</p>
Contrato	Exclusão	30.1, alínea "e"		Necessidade de imediata exclusão do item pois o formato confere à ANP o direito de rescindir por um ato de vontade sua, ou seja, a simples reprovação do PD.

Contrato	Exclusão	30.1, alíneas “f” e “g”		Os eventos descritos nas Alíneas (f) e (g) são sujeitos a discussão e requerem provas. Desse modo, o contrato de concessão não poderia ser extinto de pleno direito nesses eventos, que foram excluídos e recolocados na Cláusula 30.4, de forma mais adequada.
Contrato	Alteração	30.4	Este Contrato poderá ser resolvido, assegurado o disposto na Cláusula 30.4.4 abaixo, nos seguintes casos:	Ressalta-se que o contrato ‘ poderá’ ser resolvido, mas não necessariamente o será, usando como precedente o disposto no modelo de Contrato de Partilha de Produção na 1ª. Rodada (Libra), no qual existia a alternativa de aplicação de sanção como alternativa à inadimplência, a depender da gravidade e/ou histórico do concessionário/contratado inadimplente. Ainda, faz-se referência a proposta de cláusula 30.4.4, conforme justificado abaixo
Contrato	Inclusão	30.4, alíneas “c” e “d”	c) reprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP; d) total ou parcialmente, pela recusa dos Consorciados em firmar o acordo de individualização da produção, após decisão da ANP; ou	Considerando que tais eventos não necessariamente levam ao término do contrato de concessão, uma vez que outras alternativas e remédios contratuais podem ser aplicados, nós propomos ajustar o caput da Cláusula 30.4.
Contrato	Inclusão	30.4.4	Esta Cláusula 30.4 não se aplica para os casos de inadimplemento em que há indenização em forma de multa ou execução de garantia.	A compensação pecuniária já garante a satisfação do interesse público.

Contrato	Inclusão	30.5	A resolução deste Contrato, na forma do parágrafo 30.4 Erro! Fonte de referência não encontrada. , deverá ser precedida da verificação do inadimplemento absoluto do Contratado em processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, e por um procedimento arbitral sob a Cláusula 34 abaixo no qual o tribunal deverá verificar de novo o inadimplemento absoluto do Contratado.	<p>A Cláusula proposta garante ao concessionário direito à ampla defesa e ao contraditório na eventualidade de resolução contratual. Considerando que tal previsão não é contrária a qualquer outra do contrato de concessão e está de acordo com a Constituição Federal, não há prejuízos em incluí-la no contrato de concessão, além de conceder segurança jurídica ao investidor.</p> <p>Adicionalmente, a resolução contratual precisa ser sujeita a um procedimento imparcial e transparente. Esta proposta também busca garantir transparência e imparcialidade em um evento de término.</p>
Contrato	Inclusão	30.6	Este Contrato não será extinto, e a ANP aplicará as sanções previstas na cláusula 29 acima quando:	Esta proposta está alinhada com as Melhores Práticas da Indústria de Óleo e Gás, e uma previsão semelhante já havia sido incluída no contrato de partilha de produção de Libra.
Contrato	Inclusão	30.6.1	O descumprimento deste Contrato pela Concessionária não for grave, reiterado ou não revele dolo, grave imperícia ou imprudência contumazes;	Vide justificativa anterior

Contrato	Inclusão	30.6.2	Houver ação diligente em andamento no sentido de corrigir o descumprimento.	Vide justificativa anterior
Contrato	Exclusão	31.1.2		A incidência dos eventos de força maior e caso fortuito já têm previsão legal no Código Civil, e independe do seu reconhecimento pela ANP. Caso as partes não consigam chegar a um acordo com relação ao evento, então deverá ser remetido ao mecanismo de solução de disputas do contrato.
Contrato	Exclusão	31.1.3		Não seria razoável que o Concessionário pague taxa de retenção de área, por exemplo, quando impossibilitado de explorar e/ou produzir na área por motivos alheios à sua vontade.
Contrato	Exclusão	31.3.3		Cláusula idêntica à 31.3.1

Contrato	Alteração	31.7.1	Para que o indeferimento do licenciamento ambiental possa ser enquadrado como caso fortuito, força maior e causas similares, ensejando eventual indenização ao Concessionário caberá a este comprovar que não contribuiu para o indeferimento do processo de licenciamento ambiental.	O Estado não poderá se eximir da indenização ao Concessionário em razão da decisão de outro órgão público ou mesmo por ato da própria Agência, a exemplo do ocorrido no caso New Field x ANP, onde a impossibilidade de realizar atividade na área independe de vontade ou ação do Concessionário.
Contrato	Alteração	31.8	O Concessionário assumirá, individual e exclusivamente, todas as suas perdas decorrentes da situação de caso fortuito, força maior ou causas similares.	O Contrato já prevê, em consonância com a lei, hipóteses de exclusão de risco, razão pela qual estamos a fazer a presente ressalva em relação à assunção do próprio concessionário pelas suas perdas oriundas de caso fortuito e força maior.
Contrato	Alteração	32.2.1	Nas hipóteses previstas na alínea “d” a divulgação de dados e informações estará condicionada apenas que a Afiliada tenha sido informada e concorde em obedecer às restrições aplicadas nos termos de confidencialidade.	Alinhar redação do Anexo VIII do Pré-Edital e permitir que para Afiliadas não se exija um acordo formal e por escritor de confidencialidade, bastando para tal que a Afiliada tenha sido informada e concorde em obedecer às restrições de confidencialidade.
Contrato	Exclusão	34.1	As partes deverão observar a Legislação Aplicável na execução do Contrato.	Com base no princípio jurídico da hierarquia das normas jurídicas, entendemos que é importante haver referência expressa ao fato de que as partes deverão se basear na legislação aplicável quando da execução do contrato.

Contrato	Exclusão	34.1.2		As orientações e regras emanadas pela Agência devem seguir o princípio da publicidade, em consonância com as disposições da Lei do Petróleo e do próprio Regimento Interno da ANP. Apesar de não conter caráter normativo, isso pode levar a uma interpretação de que para o contrato seja observado, o que conflita também com o princípio da autonomia da vontade das partes (em razão de uma alteração unilateral por uma das partes)
Contrato	Alteração	34.5	Após o procedimento previsto no parágrafo 34.2, caso uma das Partes considere que inexistem condições para uma solução amigável da disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, tal disputa ou controvérsia será resolvida por arbitragem segundo as Regras de Arbitragem Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI").	<p>A utilização das regras de arbitragem da UNCITRAL com administração da arbitragem por uma instituição gera complexidade e inconvenientes para as Partes: (i) nem todas as instituições de primeira linha aceitam administrar arbitragens que não sejam conduzidas sob suas próprias regras; (ii) sob as regras de UNCITRAL as partes devem negociar os honorários dos árbitros diretamente com eles (na arbitragem institucional os valores são pré-estabelecidos), o que pode gerar conflitos e desgastes desnecessários; e (iii) caso as partes não cheguem a um acordo sobre a instituição administradora será necessário fazer uso do artigo 6 das regras de arbitragem da UNCITRAL, que prevê que o Secretário-geral da Corte Permanente de Arbitragem em Haia, Holanda, será a entidade nomeadora (um procedimento demorado, caro e possivelmente ineficiente ante o distanciamento da entidade nomeadora com a realidade das partes e disputa).</p> <p>A CCI, por outro lado, é instituição reconhecidamente competente, com regras de arbitragem modernas alinhada tanto com a Lei Modelo da UNCITRAL (na qual a Lei Brasileira de Arbitragem - Lei nº 9.307/1996 - também é inspirada) como na Convenção sobre Reconhecimento e Execução de Laudos Arbitrais</p>

				Estrangeiros (Nova Iorque, 1958) (que também é refletida na Lei Brasileira de Arbitragem). Além disso, a CCI possui escritório no Brasil, prevê o pagamento de custas e honorários arbitrais em Reais e possui criterioso procedimento de revisão dos laudos finais, minimizando fortemente as possibilidades de anulação.
Contrato	Exclusão	34.5, Alíneas “a”, “b” e “c”		Vide justificativa referente ao item 34.5 acima.
Contrato	Alteração	34.5, Alínea “h”	No mérito, os árbitros decidirão com base nas leis substantivas brasileiras, levando em consideração as Melhores Práticas da Indústria de Petróleo;	A Lei do Petróleo - Lei 9.478/1997 - refere que é elemento essencial dos contratos de concessão cláusula de arbitragem internacional. Como o critério de internacionalidade da arbitragem adotado pela Lei Brasileira de Arbitragem - Lei 9.307/1996 - é o da sede da arbitragem (são domésticas as arbitragens com sede no Brasil), é imperativo a utilização das Melhores Práticas da Indústria de Petróleo para conferir algum grau de internacionalidade ao procedimento, elemento fundamental aos investidores estrangeiros.

Contrato	Alteração	34.5, Alínea “o”	O procedimento arbitral deverá observar o princípio da publicidade na medida determinada pela legislação aplicável, devendo ser mantida a confidencialidade da arbitragem na máxima extensão permitida pela legislação aplicável. A divulgação das informações não-confidenciais ficará a cargo da Parte que tiver o dever de divulgá-las.	Essa disposição pode ser inexecutável por impor à instituição administradora da arbitragem um ônus que provavelmente ela não quererá assumir, colocando em risco toda a eficácia da cláusula. Cada parte tem o dever de estar ciente de suas obrigações legais de publicidade e, portanto, deve ser responsável por cumpri-las.
Contrato	Exclusão	34.6.1		O conceito de “direitos patrimoniais disponíveis” é aberto e deve ser interpretado caso a caso. Não é melhor prática tentar elencá-los no contrato. Cada parte terá oportunidade de defender sua posição perante o tribunal sobre disponibilidade ou não de algum direito (e consequentemente sobre a competência ou não do tribunal arbitral sobre a respectiva disputa). A listagem de definições e direitos patrimoniais disponíveis pode limitar indevidamente ou gerar dúvidas sobre a competência do tribunal arbitral, que deve ser a mais ampla possível nos termos da lei.
Contrato	Inclusão	35.5	Quitação das obrigações Ao término do Contrato de Concessão e após o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato, a ANP emitirá em favor de cada um dos Concessionários, no prazo máximo de ____ (____) dias, a contar do recebimento da solicitação por escrito pelos Concessionários, o respectivo Termo de Quitação, ressalvando-se aquelas	A quitação acima pleiteada visa a conferir maior segurança ao investidor que, após ter realizado vultosos investimentos e cumprido todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão e demais Portarias da ANP aplicáveis, em especial na Portaria ANP nº 114, de 25 de julho de 2001, deseja receber da ANP Termo de Quitação pelo cumprimento das obrigações contratuais. A quitação é direito do devedor sempre que cumpre as suas obrigações. É instituto pacificamente protegido e garantido nos termos do Artigo 319 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Ressalte-se que a quitação ora pretendida diz respeito tão somente às obrigações previstas no Contrato de

			obrigações previstas nas Cláusulas 21, 33 e nos demais dispositivos legais aplicáveis.	Concessão, excluindo, portanto, aquelas advindas de outros deveres legais do Concessionário, em especial sua responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao Meio Ambiente, ou em desrespeito ao compromisso de Confidencialidade, previsto na Cláusula 33 do Contrato de Concessão, com previsão expressa de sobrevivência ao término do referido contrato.
Contrato	Inclusão	35.6	<p>Equilíbrio Econômico-Financeiro</p> <p>Se a qualquer momento, após a assinatura do Contrato, advir situação extraordinária e imprevisível, nos termos do Artigo 478 do Código Civil, que afete de maneira adversa e excessiva o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato existente na Data de Entrada em Vigor, as Partes terão o direito à revisão e alteração do Contrato, visando a restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.</p>	Esse princípio já está incorporado em nosso ordenamento jurídico. Dessa forma, solicitamos que o mesmo seja colocado expressamente neste Contrato para o melhor esclarecimento e segurança dos direitos e obrigações das Partes. Certamente, a sua incorporação ao texto desta minuta consolidará